

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério
— Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo
— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Cláudio Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domicio Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domicio Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 614-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n.º 8.091-73 de 21 de agosto de 1973, deste Poder

R E S O L V E :

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, os funcionários Acir Teixeira e Eloi Mezzadri, a prestarem serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente
Jorge Sato — 1.º Secretário
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 615-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.091-73, de 21 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar os Decretos Legislativos n.ºs 75-73, de 12 de fevereiro de 1973, na parte que se refere a Eloi Mezzadri; 127-73, de 15 de março de 1973, na parte que se refere a Acir Teixeira; 164-73, de 02 de abril de 1973 e 166-73 de 02 de abril de 1973, ambos na parte que se referem a Anna Rosa Bello Viana e ficando ainda revogado os itens II e III do Decreto Legislativo n.º 245-73, de 11 de abril de 1973; e,

II — designar os funcionários Acir Teixeira e Eloi Mezzadri, para exercerem as funções de Auxiliar de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente
Jorge Sato — 1.º Secretário
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 616-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.092-73, de 21 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

designar Edgar Tavora Junior, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança do Governo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente
Jorge Sato — 1.º Secretário
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 617-73

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n.º 8.092-73, de 21 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar os Decretos Legislativos n.ºs 164-73, 166-73 de 02 de abril de 1973 e 488-73, de 02 de julho de 1973; e,

II — autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Edgar Tavora Junior, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 31 de agosto de 1973.

(aa) João Mansur — Presidente
Jorge Sato — 1.º Secretário
José Muggiati Filho — 2.º Secretário

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 157.ª Sessão (Extraordinária)

Realizada em 3 de Setembro de 1973 — (2.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Lázaro Dumont e Borsari Neto.

As 14.00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Arthur de Souza — Gabriel Manoel — Igo Losso — João Fadel — Ovidio Franzoni — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguinaldo Pereira Lima e Paulo Camargo. (36); achando-se ausentes os Srs. Deputados: David Federmann — Hélio Manfrinato — Antônio Lopes Júnior — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Ivo Rocha — Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 36 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 169-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 135-72, de autoria do Sr. Deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Fundação da Universidade do Vale do Iguaçu, com sede no Município de União da Vitória e criada pela Lei Municipal n.º 816 de 2.3.72, Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. Em Regime de Urgência. Encerrada a discussão. Em votação. Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraor-

dinária, marcando outra para amanhã, dia 4, terça-feira, às 14.00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 170-73.
Levanta-se a Sessão.

3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura
Ata da 158ª Sessão Ordinária
Realizada em 3 de Setembro de 1973
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Muggiati Filho e Alvaro Dias.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Arizone Araújo — Armando Queiroz — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Iris Caldart — Ivo Tomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruct — Nelson Buffara — Paulo Poli — Quiesle Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes — Arthur de Souza — Gabriel Manoel — Igo Losso — João Fadel — Ovidio Franzoni e Paulo Camargo. (36); achando-se ausentes os srs. Deputados David Federmann — Hélio Manfrinato — Antonio Lopes Júnior — Antonio Maciel — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Ivo Rocha — Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão

O SR. PRESIDENTE — Sob o proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. FUAD NACLI — (Pela Ordem), Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Atendendo ao que foi requerido pelo sr. Deputado Fuad Nacli solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados)
Responderam à chamada nominal 19 srs. Deputados. Havendo número legal para prosseguimento da Sessão, tem a palavra o Sr. 1.º Secretário para que proceda a leitura do Expediente.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando dispensa de publicação da Redação Final aos Projetos de Lei n.ºs 72-73 e 88-73.
— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Resolução n.º 33-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado ao final assinado, na forma regimental, requer que se encaminhe apelo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que Sua Excelência determine providências ao D.E.R. com urgência exigida pelo caso no sentido de que sejam procedidos reparos na pista de rolamento da Rodovia PR-369, trecho Maringá-Paranavai, no local de contorno para Mandaguai.

Além dos inúmeros acidentes que têm ocorrido no referido local, obriga a que o tráfego se processe pelo centro da cidade de Mandaguai.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental requer, ouvido o Plenário se encaminhe veemente apelo ao D.E.R. solicitando seja procedida urgente e adequada sinalização na pista da Rodovia do Café, no local onde se encontra erigido o monumento comemorativo dessa Rodovia e onde inicia o trecho com destino à Palmeira. A falta dessa sinalização tem motivado constantes e graves acidentes, com sérios prejuízos materiais e principalmente de vidas preciosas.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1973.

(a) — Lázaro Dumont.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer após consultado o Plenário sejam endereçados aos Senhores Prefeitos de Ortigueira e Faxinal, bem como às respectivas Câmaras de Vereadores, xerox do abaixo assinado que recebemos dos moradores de Vista Alegre.

No documento é solicitado a construção de uma ponte sobre o Rio Pereira favorecendo uma vasta população rural ali radicada que está sendo forçada a vender sua produção a baixo preço em virtude da falta de melhores meios para escoamento.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1973.

(a) — Antonio Belinati.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente. Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a

ORDEM DO DIA.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, parece que há quorum para a votação da matéria da Ordem do Dia. Assim sendo, requeiro a chamada nominal dos srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Deferindo o requerido pelo sr. Deputado Erondy Silvério, solicito ao Sr. 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada 24 srs. Deputados. Havendo número legal, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 288-71 de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo conceder Bolsa de Estudos à alunos matriculados em estabelecimentos de Ensino Superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.I.P. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 72-73, de autoria do Dep. Jorge Sato, que denomina "Sanatório Noel Nutels" o atual Sanatório de Tuberculosos da Cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 133-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado situado à avenida 7 de Setembro esquina com Desembargador Westphalen nesta Capital com área de 5.268,00 metros quadrados atualmente ocupado por edificações da referida escola. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

3.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 135-73 de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo doar à Escola Técnica Federal do Paraná, o imóvel de propriedade do Estado situado a rua Marechal Floriano, esquina com a rua 7 de Setembro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 273-67, de autoria do Dep. Luiz Cruz, que transfere ao D.E.R. para efeito de manutenção e conservação, os serviços de demarcação e retificação topográfica da estrada que liga Ponte Kennedy a Maringá, Paraíso do Norte, Florai, Mandaguaçu, São Jorge e Novo Bilaç. Pareceres favoráveis da C.C.J. C.F. e C.O.P.T.C. com SUBSTITUTIVO GERAL. — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral, artigo por artigo.**

2.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 139-73 de autoria do Poder Executivo, Mensagem n. 55-73, encaminhando anteprojeto que acrescenta ao artigo 9.º da Lei n.º 5.948 de 27-5-69 parágrafo com redação que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T. EM REGIME DE URGENCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 280-66, de autoria do Dep. Túlio Vargas que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba. Parecer CONTRÁRIO da C.C.J. e favoráveis da C.F. e C.O.P.T.C. — **Rejeitado o Projeto.**

Projeto de Lei n.º 280-66

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de maio de 1966.

Dep. Túlio Vargas

JUSTIFICATIVA:

A estrada que se pretende estadualizar situa-se numa promissora região do Norte novo cujo tráfego tende a aumentar dia a dia.

Não estando o Município de Dr. Camargo e o de Ivatuba em condições de arcar com a responsabilidade de promover a sua conservação e melhoria por falta de recursos, apresentamos o presente plano de lei, que esperamos contar com o apoio de nossos Pares com assento nesta Casa.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 280-66

1. — Com o presente plano de lei pretende o nobre deputado Túlio Vargas autorizar o Poder Executivo a transferir ao D.E.R. para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba.

2. — Esta Comissão houve por bem consultar o D.E.R. sobre a oportunidade e o interesse do Estado em estadualizar essa rodovia, que informou não ter possibilidade de dar atendimento ao disposto pela proposição em exame.

3. — Nestas condições, opinamos pela rejeição do projeto, por falta de oportunidade.

E o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 26.10.72.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível Relator

Diversas assinaturas ilegíveis.

Comissão de Finanças

PROJETO DE LEI N.º 280-66

PARECER

1 — O projeto foi rejeitado pela Comissão de Constituição e Justiça.

2 — No âmbito desta Comissão, tratando-se de medida meramente autorizatória, dependendo é lógico da anuência dos órgãos do Poder Executivo, para a sua efetivação não vemos óbice que se lhe possa antepor.

3 — Somos, portanto, pela aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de dezembro de 1972.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

2 as. ilegíveis

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 280-66

1 — Visa o presente Plano de lei, de autoria do ex-Deputado Túlio Vargas, autorizar o Poder Executivo a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga Dr. Camargo a Ivatuba.

2 — Referida proposição já mereceu parecer contrário da douda Comissão de Constituição e Justiça e favorável da Comissão de Finanças.

3 — O projeto de lei que nos é dado examinar nesta oportunidade, quanto ao mérito acolhida nesta Comissão razão pela qual somos favoravelmente à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 5 de maio de 1973.

RORSARI NETTO — Presidente

ANTONIO BELINATI — Relator

Diversas assinaturas ilegíveis.

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 209-69, de autoria do Dep. Silvío Barros, que estabelece parcelamento para débitos fiscais devidos a Fazenda Estadual e dá outras providências. Pareceres da C.C.J. e C.F. pelo ARQUIVAMENTO. — **Rejeitado o Projeto.**

Projeto de Lei n.º 209-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Por força de lei fica estabelecido o parcelamento para os débitos fiscais devidos à Fazenda estadual.

Art. 2.º — O parcelamento será de 24 prestações para os débitos que atingirem até Cr\$ 50.000,00.

Art. 3.º — As prerrogativas capituladas nos artigos 1.º e 2.º serão asseguradas aos contribuintes tanto na fase administrativa como em qualquer fase judiciária.

Art. 4.º — Os parcelamentos serão concedidos a requerimento do contribuinte sem prejuízo dos juros vencidos e a vencer, bem como da correção monetária.

Parágrafo único — Em se tratando de processo inscrito em dívida ativa na fase judiciária não haverá prejuízo das custas e demais despesas, correndo as mesmas por conta do contribuinte.

Art. 5.º — Ao requerer o parcelamento o contribuinte reconhecerá o débito em termos irrevogáveis, renunciando a todos e quaisquer recursos.

Parágrafo único — O parcelamento será concedido nos termos do artigo 5.º e na oportunidade do depósito da 1.ª prestação, o contribuinte assinará uma declaração de dívida.

Art. 6.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 2 de outubro de 1969.

Deputado Silvío Barros

Of. n.º 861-72

Senhor Deputado.

Curitiba, 4 de dezembro de 1972

Através do presente, acuso o recebimento do ofício n.º SA/1336-72, dessa Secretaria, e encaminho a Vossa Excelência a inclusa cópia do Parecer n.º 40/72, emitido pela Assessoria Técnico Tributária, conforme solicitação do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça dessa Casa de Leis, tendo em vista o contido no Projeto de Lei n.º 209/69, de autoria do Deputado Silvío Barros.

Renovo a Vossa Excelência os protestos de elevado apreço e distinta consideração.

Maurício Schulman
Secretário da Fazenda

Excelentíssimo Senhor

Deputado IVO TOMAZONI

Digníssimo Primeiro Secretário

da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

N/ Capital

DA ASSESSORIA TÉCNICO-TRIBUTÁRIA

AO EXM.º SENHOR SECRETÁRIO DA FAZENDA

PARECER N.º ATT. 40/72

REF: Projeto de Lei n.º 209/69. Parcelamento de Débitos Fiscais

Senhor Secretário.

O expediente versa sobre projeto de lei estabelecendo parcelamento para os débitos fiscais, sendo datado de 2 de outubro de 1969.

No que tange ao conteúdo, encontramos encontrar-se ultrapassado, com a superveniência da Lei n.º 6.179, de 10 de dezembro de 1970, que manteve os favores fiscais constantes do art. 3.º da Lei n.º 5.834, de 28 de agosto de 1964.

Encontra-se, assim, a Fazenda Pública Estadual em pleno gozo de competência legal para dispor, em Instrução do Secretário da Fazenda, nos termos do inc. II do art. 52 da Constituição do Estado, sobre a concessão de parcelamento de débitos tributários.

Essa competência, já é utilizada nas disposições da Instrução n.º SF.270/71, a qual prevê o parcelamento em até 38 prestações dos débitos para com a Fazenda Estadual.

Recentemente ainda, com o advento da Instrução n.º SF.343/72, este prazo foi ampliado para até 40 meses, simplificando-se ainda o processo de concessão, sendo vigente até 20 de dezembro de 1972, quando ficará restabelecida a sistemática da Instrução n.º SF.270/71.

Há que se considerar, ainda, o recente anteprojeto da nova Lei Orgânica do ICM, que recentemente foi enviado pelo Poder Executivo à Assembléia Legislativa, no qual o assunto é contraditório, situando-se o parcelamento dos débitos dentro do novo contexto da Sistemática Tributária previsto.

As anteriores leis dispondendo sobre a matéria, retro mencionadas, deverão ser revogadas pela entrada em vigor do novo texto.

E o parecer.

ASSESSORIA TÉCNICO-TRIBUTÁRIA, em Curitiba, em 27 de novembro de 1972.

Olimpio Guernieri Filho
Assessor

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 209/69

1 — Visa a presente proposição, de autoria do ex-Deputado Silvío Barros, estabelecer parcelamento para os débitos fiscais, devidos à Fazenda estadual e dá outras providências.

2 — Referida matéria já mereceu parecer contrário da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Na informação da Secretaria dos Negócios do Estado da Fazenda, através do Ofício n.º 861/72, de 04 de dezembro de 1972, informa que a referida matéria está ultrapassada, com o advento da Lei n.º 6.179, de 10 de dezembro de 1970, que mantém os favores fiscais constantes do art. 3.º, da Lei n.º 5.834, de 28 de agosto de 1964, e, encontra a Fazenda Estadual em plena competência legal para dispor em instrução ou regulamentos, respaldada no Art. 52, Inciso II, da Constituição do Estado, assim prescrita:

"Art. 52 — Além das atribuições que a lei fixar, compete aos Secretários de Estado:

I —

II — expedir instruções para a execução das leis, decretos e regulamentos;"

4 — Dada as considerações expostas e apesar do significado da iniciativa,

opinamos pelo ARQUIVAMENTO do projeto de lei que ora nos é dado examinar.

É o parecer.
(Ass. ilegível) — Presidente
Gilberto Carvalho — Relator
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 209/69

I — De autoria do ilustre Deputado Silvio Barros, o presente plano de Lei pretende estabelecer parcelamento, para os débitos fiscais, devidos à Fazenda estadual.

II — Ocorre que face à vigência da Lei Orgânica do I.C.M., a matéria do Projeto está superada.

Pelo arquivamento, é o parecer.
Sala das Comissões, em 11 de abril de 1973
(Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Sebastião Rodrigues — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123/70, de autoria do Dep. José Alencar Furtado, que dá nova redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 123/70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Os Artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871 de 6 de novembro de 1968, passam a ter a seguinte redação:

Art. 70 — O professor tem direito, no período de férias, a todas as vantagens que lhe são asseguradas por esta Lei.

Art. 95 — Quando licenciado para tratamento de saúde, por acidente no exercício de suas atribuições ou doença profissional o professor recebe integralmente os vencimentos e as vantagens obtidas no exercício do magistério.

Art. 102 — A professora gestante é concedida, mediante inspeção médica, licença por três meses, com direito à percepção dos vencimentos integrais e vantagens obtidas no exercício do magistério.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de junho de 1970

Dep. José Alencar Furtado

JUSTIFICATIVA: — Tem havido, nos últimos tempos, uma certa inquietude no seio do magistério paranaense, devido ao fato de alguns órgãos do Estado emprestarem a certos dispositivos do Estatuto do Magistério uma interpretação absurda, em flagrante prejuízo aos professores do Paraná. Não entendemos bem quais os motivos que inspiram esses “advogados do diabo” — mas o fato é que pretendem insuflar na lei um espírito que ela não tem, incluir no texto o que o legislador não disse. A Lei 5.871 foi elaborada para fazer justiça ao magistério. E no entanto, aí estão apressados exegetas a distorcer os preceitos, num assalto descabido à economia do professor, pretendendo negar-lhe o pagamento, durante férias e licença, de aulas ministradas no ano letivo.

O ano passado, por solicitação nossa, o então Secretário de Educação e Cultura, Sr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, prestou esclarecimentos a esta Casa sobre assuntos relacionados ao Magistério Paranaense. E na ocasião, sua Excelência garantiu que as férias e as licenças dos professores seriam pagas regularmente.

Mas, nessas marchas e contra-marchas, nessas ordens e contra-ordens, o órgão pagador operou o corte no pagamento de alguns professores, no tocante àqueles casos, vindo depois a devolver o que descontara. E a coisa vem andando assim, sem dados concretos que ofereçam ao professor a certeza de que pode contar com o pagamento de aulas ministradas, a qualquer título, durante o ano letivo, nas férias regulamentares ou em licença para tratamento de saúde.

A interpretação dúbia se refere principalmente ao que se entende por “vantagens a título permanente”. Alega-se que “aulas suplementares” não são vantagens a título permanente, não merecendo, portanto, pagamento no período de férias e licença. De fato, aula suplementar não é vantagem a título nenhum. É serviço prestado que exige a remuneração devida.

Por outro lado, tradicionalmente sempre se pagaram férias e licença ao professor que a qualquer título ministrasse aulas suplementares — o que incontestavelmente é de absoluto direito.

É evidente também que as aulas do professor efetivo, suplementadas dentro do permissível por lei, já fazem parte do orçamento doméstico do professor. Não é justo que se lhe negue o pagamento dessas aulas durante as férias ou em licença, sob a alegação — repetimos — absurda de que não são “vantagens a título permanente”.

Nessas condições, houviemos por bem apresentar este Projeto de Lei para suprimir, da Lei que se elaborou para fazer justiça ao professorado paranaense, o pomo da discórdia, certo de que o mesmo Projeto mereceria dos senhores Deputados a compreensão e a devida aprovação, para se restabelecer a tranquilidade no seio do magistério do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 123/70

PARECER

O ilustre deputado Alencar Furtado, em junho de 1970, submeteu à apreciação da Casa o presente projeto de lei, que objetiva alterar a redação de três dispositivos do Estatuto do Magistério, no sentido de dar-lhes clareza redacional e, assim, permitir uma interpretação segundo os princípios de justiça.

É que, segundo o nobre autor, “pretendem insuflar na lei um espírito que ela não tem, incluir no texto o que o legislador não disse”, quando se trata de conferir ao professor aquilo a que tem direito.

A Lei n.º 5.871, que o operoso representante popular quer modificar, na realidade foi elaborada para estabelecer os deveres e concretizar os direitos do pessoal do magistério. Todavia, “aí estão apressados exegetas a distorcer os preceitos, numa assalto descabido à economia do professor, pretendendo negar-lhe o pagamento, durante férias e licença, de aulas ministradas no ano letivo”, conforme denuncia o deputado Alencar Furtado.

Essa a razão-de-ser do projeto.

O texto, na verdade, está alinhado de modo a atingir integralmente o objetivo visado, de tal forma que aprovada a presente proposição, terão os pro-

fessores paranaenses obtido, sem nenhuma possibilidade de interpretação dúbia a clareza redacional desejada para o seu estatuto funcional.

Por ser assim, opino pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, 9-5-73.
(Ass. ilegível) — Presidente
Sebastião Rodrigues — Relator
(Assinaturas ilegíveis)
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 123/70

De autoria do ilustre Deputado José Alencar Furtado, o Projeto de Lei em exame, pretende dar nova redação aos artigos 70, 95 e 102 da Lei n.º 5.871, de 6 de novembro de 1968.

Sob o aspecto financeiro, que devemos examinar nesta Comissão, não há óbice que possa impedir a sua aprovação.

É o parecer. Sub-censura.
Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973
(Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Alvaro Dias — Relator

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/73, de autoria do Dep. Erondy Silvério, que declara de Utilidade Pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 81/73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “INSTITUTO DE ENSINO DJANIRA E ASSISTÊNCIA AOS DESAMPARADOS”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1973.

Dep. Erondy Silvério

JUSTIFICAÇÃO: O Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, entidade com personalidade jurídica, sem fins lucrativos, tem por finalidade o abrigo, alimentação, agasalho educação sadia e religiosa iniciar e desenvolver aprimorar os desamparados, funcionando em forma de semi-internato, internato e externato, visando os mais modernos métodos da didática e pedagogia.

Nestas condições, apresentamos o presente plano de lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequentemente aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 81/73

De autoria do ilustre Deputado Erondy Silvério, o Projeto de Lei em exame, objetiva declarar de utilidade pública o “Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados”, com sede e foro nesta Capital.

A iniciativa nos parece oportuna e louvável e, também, atende os requisitos exigidos pela Lei disciplinadora da matéria.

Pela aprovação, é o parecer. Sub-censura.
Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.
(Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Igo Losso — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 81/73

AUTOR: Dep. Erondy Silvério

SÚMULA: Declara de utilidade pública, o Instituto de Ensino Djanira e Assistência aos Desamparados, com sede nesta Capital.

PARECER:

Tratando-se de organização de natureza beneficente e de acordo com suas metas estatutárias, esta Comissão não vê nenhum impedimento na sua aprovação.

Parecer favorável.
Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1973
(Ass. ilegível) — Presidente
(Ass. ilegível) — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final, aos Projetos de Lei n.ºs 72-73 e 88-73. — **Aprovado.**
Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao D.E.R., visando a urgente e adequada sinalização na pista da Rodovia do Café, no local onde se encontra erigido o monumento comemorativo dessa rodovia e onde inicia o trecho com destino à Palmeira. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Governador do Estado, para que se digno determinar ao D.E.R., sejam procedidos reparos na pista de rolamento da Rodovia PR-369, trecho Maringá-Paranavai. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando sejam endereçados aos Srs. Prefeitos Municipais de Ortigueira e Faxinal, bem como às respectivas Câmaras de Vereadores, xerox de abaixo assinado dos moradores de Vista Alegre, visando a construção de uma ponte sobre o Rio Pereira. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Resolução n.º 33-73. **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra para explicação pessoal ao Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Foi instalada na manhã de hoje, no Palácio Iguaçu, um encontro dos Srs. Prefeitos Municipais da Região Oeste, que temos o prazer e a honra de representar nesta Casa de Leis.

As 11,00 horas deu-se a instalação solene, após o que, foi realizado um almoço de confraternização com os Srs. Prefeitos Municipais e Srs. Deputados que representam aquela Região.

Desejamos registrar na oportunidade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a nossa mágoa e a nossa revolta pelo fato de não termos sido lembrados para esse encontro, para esse acontecimento de magna importância para a nossa Região e as suas Prefeituras. Nós nos manifestamos diversas vezes nesta Casa de Leis, trazendo mesmo o nosso regozijo porque no Estado do Paraná se estaria implantado uma nova era na vida política administrativa. Aplaudimos a escolha e assunção do Sr. Emílio Gomes a curul governamental. Temos frisado e enfatizado até, nosso apoio, acudindo ao chamamento do Sr. Governador do Estado, através da sua Pasta política, no sentido de colaborarmos, com todos os meios possíveis, ao nosso alcance, para o desenvolvimento do Estado. Porisso, não entendemos termos sido esquecidos. Isso foi uma desconsideração muito grande e uma falta de ética político-administrativa para com este modesto Deputado.

Porisso, queremos deixar registrado, nos trabalhos de hoje, o nosso inconformismo e o nosso protesto por este procedimento. Entendemos que temos condições de trabalhar, de colaborar e que, efetivamente, representamos àquela Região, e temos, entre os Srs. Prefeitos, alguns que pertencem ao nosso Partido, à nossa agremiação política. E estamos todos imbuídos de sentimento paranista, de amor cívico, com vontade de trabalhar e lutar em favor da reconstrução de nosso Estado. Considero esse fato uma desconsideração, não à minha modesta pessoa, mas ao cargo que ocupo, à Região que represento nesta Casa de Leis.

Era o que desejávamos que ficasse registrado na Ata dos trabalhos de hoje. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução n.º 37-73 e de Lei n.ºs 252.71 — 271.71 — 93.72 — 72.73 — 88.73 — 133.73 e 135.73.
3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 273.67 e 139.73.
2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 123-70 e 81-73.
1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 13-73.
Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N.º 227-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

de suas atribuições, designar Francisco José da Cunha Gebran, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para prestar serviços de assessoramento no Gabinete da 1.a Secretaria.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de setembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral

PORTARIA N.º 228-73

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n.º 8.522, de 30 de agosto de 1973, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder a Fabiano Siqueira Cunha, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias referentes ao exercício de 1972, a partir de 10 de setembro de 1973.

Gabinete da Diretoria Geral, em 3 de setembro de 1973.

(a) Eros Ruppel Abdala — Diretor Geral